



# VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



## *O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA MÃO DE OBRA ESCRAVA PARA A LIVRE E A IMIGRAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO DO SÉCULO XIX*

Márcia Regina Batista <sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho pretende mostrar o desenvolvimento do Espírito Santo no contexto da produção cafeeira, as implicações do fim da escravidão para a economia e a política de imigração no Estado, considerando que, no Espírito Santo, esses acontecimentos diferem de outras regiões produtoras de café, em especial o Oeste Paulista. Com a abolição do trabalho escravo, os fazendeiros do Oeste Paulista passaram a contratar seus trabalhadores como assalariados, mas, no Espírito Santo, os fazendeiros do Sul contrataram através de parcerias, o que se mostrou uma forma instável de contratação que, somada a outros fatores, levou à fragmentação dessas propriedades. Na região de Vitória, as grandes fazendas, com o esgotamento do solo, voltaram às suas antigas culturas e o café passou a ser plantado na pequena propriedade. Dessa forma, a substituição da mão de obra é feita igualmente pela mão de obra estrangeira, porém com moldes diferentes: em São Paulo, como força de trabalho

---

<sup>1</sup> Mestranda pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O artigo é parte de pesquisa em andamento, sob o título: *O processo de ocupação do distrito de Aracê (1870-1930): as memórias dos descendentes dos colonizadores germânicos e italianos*. Bolsista da CAPES. E-mail: marciaregina.historia@gmail.com.

assalariado nas grandes fazendas; no Espírito Santo, na condição de produtores em pequenas propriedades.

Palavras-chave: Espírito Santo. São Paulo. Café. Mão de obra. Imigração.

**Resumen:** Este trabajo pretende mostrar el desarrollo del Espírito Santo en el contexto de la producción de café, las implicaciones del fin de la esclavitud para la economía y la política de inmigración en el estado, considerando que, en el Espírito Santo, estos acontecimientos difieren de las otras regiones productoras de café, en particular el Oeste Paulista. Con la abolición del trabajo esclavo, los granjeros del Oeste Paulista pasaron a contratar sus trabajadores en asalariados, pero, en el Espírito Santo, los granjeros del sur, contrataron a través de la asociación, lo que se mostró una forma inestable de contratación que, sumada a otros factores han llevado a la fragmentación de estas propiedades. En la región de Vitória, las grandes haciendas, con el agotamiento del suelo, vuelven sus viejos cultivos y el café pasa a ser plantado en la pequeña propiedad. De esta forma, la sustitución de la mano de obra es hecha igualmente por la mano de obra extranjera, pero con moldes diferentes: en São Paulo, como fuerza de trabajo asalariado en las grandes haciendas; y en el Espírito Santo en la forma de productores en pequeñas propiedades.

Palabras clave: Espírito Santo. São Paulo. Café. Mano de obra. Inmigración.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho foi construído a partir da necessidade de se entender a dinâmica da produção do café na província do Espírito Santo, o processo de transição de mão de obra e o modelo de imigração e de propriedade que diferiam do de outras regiões cafeeiras do Brasil no século XIX. Considerou-se importante conhecer e ressaltar a especificidade do modelo de imigração na província/estado do Espírito Santo, em relação ao modelo paulista, tendo em vista que o destaque do desenvolvimento

capitalista em São Paulo, e sua relevância no cenário nacional, acabou por influenciar a historiografia, que toma como modelo de transição de mão de obra escrava para a livre a ideia da imigração estrangeira subvencionada pelo Estado. Assim, a historiografia acabou por legitimar como paradigma nacional o modelo paulista. Contudo, deve-se considerar que a transição teve características e aspectos próprios em cada região do país (COSENTINO, acesso em 12 agosto 2017).

Num cenário internacional, o cultivo do café no Brasil foi estimulado no século XIX pela crescente demanda de consumo por parte dos países europeus, depois do fim das guerras napoleônicas e fim do bloqueio continental, assim como pela maior procura pelo produto por parte dos Estados Unidos que passavam por um período de progresso e de melhoria de vida em geral (COSTA, 2010, p. 62).

No Brasil do século XIX, a expansão natural da lavoura cafeeira em busca de terras virgens se deu a partir do Vale do Paraíba, Rio de Janeiro, e se realizou em dois sentidos opostos: o primeiro em direção à região oriental, penetrando na zona mineira e no Espírito Santo, e o segundo marchou em direção ao Oeste Paulista. Ainda que o desenvolvimento da lavoura cafeeira tenha chegado em épocas próximas ao Oeste Paulista e no sul do Espírito Santo, essas regiões se desenvolveram de formas diferentes (ROCHA e COSSETI, 1983, p. 20).

## A QUESTÃO DO FIM DA ESCRAVIDÃO

A questão do fim da escravidão no Brasil foi pensada desde o início do século XIX enquanto processo que deveria ocorrer de forma gradual e, nesse sentido, várias leis foram promulgadas limitando o número de escravizados. Dentre essas leis, destaca-se a Lei Euzébio de Queiroz (1850), que proibia a entrada de escravizados no Brasil, e a Lei do Ventre Livre (1871), que teve como principal consequência o envelhecimento dos escravizados e sua desvalorização enquanto força de trabalho (COSTA, 2010, p. 260).

Outra questão que se impôs foi a influência inglesa que, desde o início do século XIX, pressionou o governo brasileiro no sentido de proibir o tráfico de escravizados, mas essa pressão foi relativizada devido à resistência brasileira. O tráfico foi mantido enquanto oferecia respostas ao capitalismo e abolido quando o amplo progresso capitalista o superou (COSENTINO, acesso em 12 agosto 2017).

A Lei de Terras, de 1850, tinha o objetivo de limitar a posse das terras. Ao tornar a terra como objeto de compra, o governo imperial pretendia criar recurso para promover a imigração e resolver o problema da mão de obra. Esse objetivo não foi conseguido, pois, a princípio, a expansão cafeeira fez perdurar a posse das terras devolutas (COSENTINO, acesso em 12 agosto 2017).

## ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA CAFEIEIRA NO ESPÍRITO SANTO

### 1. Região do Itapemirim

Segundo Saletto (1996, p. 35), a economia cafeeira teve o seu maior desenvolvimento na província do Espírito Santo, ao sul, na região do Itapemirim. Primeiro o café substituiu as culturas existentes no litoral, principalmente a cana-de-açúcar, depois ele seguiu rumo ao interior em seu movimento de expansão.

O surto cafeeiro no sul do Espírito Santo esteve diretamente ligado à cultura cafeeira escravista no Vale da Paraíba, Rio de Janeiro, e nas antigas regiões produtoras de Minas Gerais. Esses fazendeiros deixaram suas terras já em declínio de produção e rumaram para o sul do Espírito Santo com seus escravos em busca de terras virgens (ROCHA e COSSETI, 1983, p. 23). O café, com sua exigência de solo, acaba determinando a existência de três faixas de produção: uma jovem recém-plantada, outra em franca produção e uma terceira em decadência (ROCHA e COSSETI, 1983, p. 33). O café do sul do Espírito Santo era enviado pelo porto de Itapemirim diretamente para o Rio de Janeiro (SIQUEIRA, 1995, p. 47).

## 2. REGIÃO DE VITÓRIA

Outra região produtora de café importante no Espírito Santo, no período escravista, foi a região de Vitória. Em meados do século XIX, o café foi plantado na freguesia de Vitória e Serra e também na colônia de Viana, fundada em 1813. Em 1864, mais três freguesias se juntaram às antigas: a de Carapina, a de Cariacica e a de Queimados. Em 1870, mais duas localidades na região serrana já estavam produzindo o café: Santa Izabel e Santa Leopoldina, colônias formadas por imigrantes europeus. Esse café era escoado pelo porto de Vitória para o Rio de Janeiro. O café, já com preço baixo, era ainda onerado pelo preço alto do frete (SALETTTO, 1996, p. 45).

A região do Itapemirim e a região de Vitória eram as que apresentavam maior produção de café na província do Espírito Santo. Em 1873, segundo Rocha e Cosseti (1983, p. 26), o total de exportações de café do Espírito Santo ficava assim dividido: a região sul com 46,2%, a região da capital com 43,2%, a região norte com 5,2% e o Benevente com 5,3%.

## ESPÍRITO SANTO E OUTRAS PROVÍNCIAS PRODUTORAS DE CAFÉ

A lavoura cafeeira era exigente em relação ao tipo de solo e clima, por isso essas questões devem ser consideradas: a região do Oeste Paulista apresentava solo de melhor qualidade e clima mais apropriado para a lavoura cafeeira. O Espírito Santo, com o solo mais pobre e clima mais quente, estava em inferioridade em relação ao Oeste Paulista. A topografia dessas regiões era semelhante. Na região capixaba, ocorreu a substituição da cana-de-açúcar pelo café (ROCHA e COSSETI, 1983, p. 21).

O café não se restringiu à faixa litorânea, avançando em direção ao interior do sul da província do Espírito Santo. Dessa maneira, encontrou condições de produção diferente das localizadas na região costeira. Nas regiões mais interioranas, o solo tinha

qualidade melhor, ainda que não se comparasse ao solo do Oeste Paulista. O clima mais ameno também era melhor para o cultivo. Em relação à situação topográfica, as condições eram piores à medida da proximidade de serras muito íngremes, como a serra do Caparaó, sendo que os morros próximos aos rios eram apropriados para o plantio da lavoura cafeeira (ROCHA e COSSETI, 1983, p. 21 e 22).

Mesmo considerando que as terras capixabas eram de qualidade inferior às encontradas na província paulista, o Espírito Santo possuía uma vasta extensão de terras virgens que podiam ser utilizadas no plantio de café. Outra característica favorável para a expansão cafeeira no sul da província era a sua proximidade às regiões cafeeiras do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Assim, os fazendeiros dessas regiões eram atraídos pelas extensas terras, ainda não cultivadas, e se mudavam para a região, trazendo recursos próprios para o assentamento de fazendas (SALETTTO, 1996, p. 35). As condições de solo eram de vital importância para a produção cafeeira, entre os anos de 1850 e 1872, uma vez que a produção escravista e as tradicionais formas predatórias do cultivo do solo determinavam que o nível de produtividade e lucratividade da lavoura estivessem profundamente condicionadas pelas qualidades naturais do solo (ROCHA e COSSETI, 1983, p. 22).

A região do Itapemirim tornou-se basicamente um prolongamento da economia cafeeira fluminense a cujo sistema comercial e financeiro esteve inteiramente interligado. O café dessa região era comprado por comissários do Rio de Janeiro, misturado pelos ensacadores ao café do Vale do Paraíba e ao mineiro, assim formando o café tipo Rio, que era exportado pelo porto desse Estado. Muitas vezes, esse café gerava imposto a pagar somente no Rio de Janeiro. A produção de café nessa região mantinha um ritmo constante e lento de expansão, muito diferente do movimento acelerado que ocorria no Vale do Paraíba ou no Oeste Paulista (SALETTTO, 1996, p. 36).

A forma de organização da produção predominante no sul do Espírito Santo foi a plantagem, caracterizada por vasta superfície de terra, produção para o mercado

externo, existência de um setor de autossubsistência subordinado ao setor mercantil, cultivo e beneficiamento do produto na fazenda, integração interna de várias atividades complementares, como: transporte, construção, serraria, carpintaria, olaria, fiação e tecelagem (SALETTTO, 1996, p. 36). O isolamento por falta de vias de acesso, o tamanho muito grande das fazendas do sul da província e o uso do trabalho escravo fizeram com que essas unidades produtivas fossem marcadas pelo isolamento, com forte tendência a serem autossuficientes (ROCHA e COSSETI, 1983, p. 24).

Em extensão territorial, as fazendas na província do Espírito Santo eram superiores à média das fazendas produtoras de café de outras regiões. A partir das demarcações das fazendas hipotecadas pelo Banco do Brasil, em 1883, apresentadas por Saletto (1996, p. 37), encontramos fazendas capixabas com cerca de 2 mil hectares, em média três vezes superior às fazendas fluminenses, cuja média era de 628 hectares. Já as fazendas mineiras tinham em média 591 hectares e, no Oeste Paulista, possuíam cerca 668 hectares.

Outra característica que diferenciava as fazendas de café capixaba das de outras regiões era a relação entre tamanho das fazendas e extensão das lavouras de café. A extensão do cafezal, com uma média de 66 mil pés de café, era muito pequena em relação ao tamanho da fazenda (SALETTTO, 1996, p. 41). Nas fazendas do Espírito Santo, a maior lavoura tinha menos de duzentos e cinquenta mil pés de café. Esse número estava mais próximo à produção das pequenas propriedades fluminenses e paulistas. No Rio de Janeiro, as grandes propriedades possuíam cerca de 300 a 600 mil pés de café e, em São Paulo, a produção podia chegar a oito milhões de pés cafeeiros (SALETTTO, 1996, p. 41).

A relação escravos e pés de café também se diferenciava. No Espírito Santo, em 1874, um cativo tomava conta de, em média, 1390 pés de café. No Rio de Janeiro, essa proporção era de um escravo para 3513 pés de café. Isso sugere a pouca especialização das fazendas capixabas e o cativo sendo desviado para outras funções. No Oeste

Paulista, já se utilizava o trabalho do colono paralelo ao do cativo em grande parte das fazendas (SALETTTO, 1996, p. 38).

As fazendas do sul do Espírito Santo teriam sido muito mais autossuficientes que as fazendas das outras regiões produtoras de café do Brasil (SALETTTO, 1996, p. 39). As fazendas do Rio de Janeiro e de São Paulo, para otimizar a mão de obra, teriam concentrado os seus esforços mais no setor mercantil e reduzido outras atividades. Seus fazendeiros recorreram ao mercado para suprir suas necessidades, substituíram as tropas por trem ou entregaram o transporte para tropas autônomas, mecanizaram o beneficiamento e concentraram o trabalho dos escravizados no cultivo do café (COSTA, 2010, p. 252).

As fazendas do Itapemirim eram pouco numerosas e só eram importantes no contexto do Espírito Santo. Essa economia se desenvolvia com poucos recursos, sem muito capital e com problemas de transporte que nunca conseguiram resolver. A situação se viu piorada com relação à integração ao sistema comercial e financeiro do Rio de Janeiro, pois o excedente acumulava-se fora da província - o que não contribuía para o desenvolvimento da mesma -, privando-a de um capital de que ela necessita muito (SALETTTO, 1996, p. 42-43).

No complexo paulista, os lucros do café acabaram metamorfoseando-se em outras formas de capital que, ao diversificarem os setores de investimento, criavam as condições necessárias para a ampliação das margens de lucro, revitalizando a cultura cafeeira. No Espírito Santo, os lucros podem ter sido, em parte, desviados para a aplicação financeira em outras regiões, no caso o Rio de Janeiro. (ROCHA e COSSETI, 1983, p. 30). O volume de produção do café era muito baixo em relação ao resto do Brasil. Por exemplo, entre 1850 e 1872, a produção não atingiu 5% em relação às regiões produtoras de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (ROCHA e COSSETI, 1983, p. 25).



## O PROBLEMA DO TRANSPORTE E EXPANSÃO FERROVIÁRIA

O transporte das mercadorias constituiu, durante grande parte do século XIX, um problema crônico em todo o território brasileiro, pois as estradas eram ruins e malconservadas (ROCHA e COSSETI, 1983, p. 52). O custo elevado dos transportes e a perda de produtos resultava na redução da lucratividade da produção cafeeira do Espírito Santo (ROCHA e COSSETI, 1983, p. 24). Para resolver os problemas de transporte, era indispensável que se construíssem ferrovias, mas o pequeno capital dessa província não permitia esse investimento, não havia sequer garantias de que tal empreendimento fosse economicamente viável (ROCHA e COSSETI, 1883, p. 30).

No Brasil, a primeira linha férrea foi construída no Rio de Janeiro, em 1854, depois em São Paulo, em 1867, chegando ao Espírito Santo somente em 1887. As ferrovias propiciaram diminuição dos gastos com transporte, elevação da produtividade com a queda brusca do desperdício, inversão por parte dos excedentes para melhoria de sua própria produtividade e a liberação de mão de obra (QUINTÃO, 2014, p. 57-62-68).

No Rio de Janeiro e em São Paulo, em 1860, foram construídas ferrovias comandadas pelo capital mercantil e apoiadas pelo capital financeiro inglês, tendo o Estado como estimulador. As ferrovias lucrativas, às vezes, eram financiadas pelos próprios fazendeiros de café (ROCHA e COSSETI, 1983, p. 31). Nos anos de 1870 e 1880, no Rio de Janeiro e em São Paulo, a construção de trilhos e o uso dos trens seguiram em ritmo acelerado, ligando várias regiões (COSTA, 2010, p. 215-216). A construção da Estrada de Ferro Leopoldina, ligando Vitória ao Rio de Janeiro, atraiu para a praça de Vitória parte do café produzido no sul do Espírito Santo, mas essa só vai ficar pronta em 1910 (SIQUEIRA, 1995, p. 67).

Sobre a questão dos transportes, os seguintes dados esclarecem a relação produção e construção de ferrovias: a produção do café no Rio de Janeiro, em 1853 e 1854, era de 7.988.551 arrobas de café, e em São Paulo, nesse mesmo período, eram produzidas

2.737.639 arrobas de café (CONCEIÇÃO, 2014, p. 5). Nessa época, próximo ao início da construção de ferrovias em São Paulo e Rio de Janeiro, o Espírito Santo produzia somente 111.179 arrobas de café, conforme Rocha (2000, p. 40). Em 1887, quando inicia a construção de ferrovias no Espírito Santo, a produção de café já havia chegado a 1.533.749 arrobas (ROCHA, 2000, p. 40), já supondo um volume considerável para justificar o investimento em transporte ferroviário.

## A QUESTÃO PORTUÁRIA

Outro grande entrave para a lucratividade da produção capixaba era a sua dependência do porto do Rio de Janeiro para exportar os seus produtos, em especial o café (SIQUEIRA, 1995, p. 39). Entre os anos de 1870 e 1889, o transporte da produção capixaba era dividido entre o porto de Vitória e o principal porto do sul da província, o porto do Itapemirim. Na região norte do Estado, encontrava-se o porto fluvial de São Matheus, que era entreposto natural dos produtos que vinham do interior da região. A maior parte das mercadorias carregadas nesse porto vinha para o Porto de Vitória (SIQUEIRA, 1995, p. 46).

O Porto de Vitória era limitado pela falta de uma rede de comunicação rodoviária e ferroviária da capital com o interior da província que pudesse tornar mais racional o comércio provincial. Em relação ao Porto do Itapemirim, a sua grande vantagem residia no fato de estar localizado numa região altamente produtora de café e da proximidade com o Rio de Janeiro. Todos os produtos do Espírito Santo iam para o Rio de Janeiro antes de serem exportados para outros países ou outras regiões brasileiras (SIQUEIRA, 1995, p. 46-47).

Seria necessário um aumento na produção do café na província do Espírito Santo para desvincular, pelo menos em parte, a dependência da província em relação à praça do Rio de Janeiro. Os núcleos coloniais formados durante o século XIX vão desenvolver, ao lado dos produtos de subsistência, a cultura cafeeira. Essa produção

cafeeira das colônias passou a ser exportada pelo porto de Vitória, que tinha condições físicas de realizar o comércio diretamente com o exterior, mas o pouco volume de café produzido não permitia isso. Em 1881, aportou em Vitória o primeiro navio estrangeiro e a praça de Vitória passou a ser uma opção para o capital mercantil exportador (ROCHA e COSSETI, 1983, p. 47).

## A IMIGRAÇÃO

O projeto político de substituição da mão de obra aparece de forma recorrente ligado à ideia de imigração estrangeira. A formação de colônias de imigrantes estrangeiros, pelo governo imperial, está diretamente atrelada à necessidade de substituição da mão de obra cativa pela livre. O núcleo de povoamento estava relacionado à ideia de que, no futuro, essas colônias de imigrantes serviriam de seleiros de mão de obra para as fazendas (ROCHA 2000, p. 24).

Segundo Rocha (2000, p. 23-24), havia duas demandas em relação ao imigrante: a primeira, defendida em especial pelos grandes produtores de café que desejavam o imigrante como trabalhador das fazendas, e outra demanda, que desejava o elemento imigrante para formação de colônias de povoamento. No Espírito Santo, os diversos pronunciamentos dos presidentes de província deixavam claro que a questão da imigração era vista como solução para o povoamento da terra, o que resultaria num melhor desenvolvimento econômico. O despovoamento da província era considerado o motivo para o marasmo econômico (ROCHA, 2000, p. 32).

Dentro da política de atração de imigrantes para colonização, foram fundadas, no Espírito Santo, as colônias de Santa Izabel, em 1847 (germânicos), e Santa Leopoldina, em 1857 (suíços, alemães pomeranos e austríacos). Apesar de todos os problemas encontrados, essas colônias prosperaram. Depois de um início difícil, ambas se desenvolveram, em especial Santa Leopoldina. Santa Izabel, fundada com menos de duzentos colonos, em 1874 já tinha mil habitantes, nove anos depois da chegada dos

primeiros habitantes já possuía de 140 a 150 mil pés de café plantados. Santa Leopoldina, em 1874, possuía 5000 habitantes e, em 1868, colhia cerca de 20 mil arrobas de café. Essas pequenas propriedades tinham no café uma mercadoria que compensava o alto preço dos transportes e, ao mesmo tempo que produziam suas lavouras de subsistência, iam aos poucos ampliando o cafezal (SALETTTO, 1996, p. 51).

A partir de 1870, o fluxo imigratório intensificou-se com a vinda de italianos, que vão para a colônia de Santa Leopoldina, núcleo de Timbuhy (depois Santa Tereza), e para a foz do rio Santa Cruz, organizada em torno de estrangeiros. Nessa época, o Espírito Santo recebe também imigrantes nordestinos, cerca de 5000 mil retirantes da seca que vão se instalar em colônias ao lado dos europeus, principalmente na colônia de Santa Cruz (SALETTTO, 1996, p. 52). Também foram fundados no Espírito Santo, segundo Celin (1984, p. 93), os núcleos coloniais de Antônio Prado (1887), Acioli Vasconcelos (1887), Demétrio Ribeiro (1891) e Muniz Freire (1894). Até 1920, foram criados 71 núcleos de povoamento no Espírito Santo (CELIN, 1984, p. 65).

Os fazendeiros do sul do Espírito Santo não vão se opor à formação de núcleos de povoamento. Somente às vésperas da abolição da escravatura, eles vão demandar a mão de obra livre para substituir a mão de obra de escravizados em suas fazendas (ROCHA, 2000, p. 54-55). Fazendeiros e políticos do Rio de Janeiro e São Paulo afirmavam que o Brasil precisava de mão de obra para a lavoura, e não de núcleos coloniais que consumiam as verbas públicas e se mostravam, na maioria das vezes, ineficazes (COSTA, 2010, p. 107). Segundo Costa (2010, p. 108), o senador e fazendeiro paulista Nicolau de Campos Vergueiro era uma dessas vozes que se opunham à formação de núcleos de povoamento. Em 1886, em relação às províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, a Comissão de Colonização vai apresentar relatório no qual afirma que as colônias de Cascalho e Canoas se encontravam em estado de abandono (COSTA, 2010, p. 178).

## A QUESTÃO DA TRANSIÇÃO DA MÃO DE OBRA

Com a dificuldade de conseguir mão de obra, as regiões de lavouras cafeeiras mais ricas, utilizaram os seguintes recursos: concentraram os escravos nas fazendas e na produção cafeeira, reduziram a produção de subsistência e produção artesanal para consumo interno, substituíram o transporte feito por tropas pelos trens, mecanizaram o beneficiamento do café, aumentaram a exploração dos escravos pela extensão de carga horária e pela sobrecarga de tarefas e buscaram aumentar a produtividade do trabalho a partir da mecanização (SALETTTO, 1996, p. 64).

O Espírito santo não ficou alheio a esses acontecimentos. No Itapemirim, a concentração de escravos na agricultura já era fato em 1874, pois havia apenas 52 cativos na cidade e 88% da população cativa era lavradora. Parece que houve também a concentração dessa mão de obra nos cafezais, uma vez que, dos 1390 pés de cafés por escravizado do início da produção, essa taxa cresce para 4000 pés de café por escravos no final do século XIX, número equivalente ao do Vale do Paraíba (SALETTTO, 1996, p. 64-65).

A questão das estradas, no entanto, foi mais difícil de resolver. Apesar dos esforços dos fazendeiros e autoridades, nem a iniciativa privada nem o governo jamais teve recursos para construir uma boa rede de estradas carroçáveis e ferrovias. Quanto à mecanização no Itapemirim, muitas máquinas foram introduzidas, mas os investimentos estavam bem abaixo do desejável. Ao se aproximar a abolição da escravidão, a reclamação em relação à falta de mão de obra se generalizava na região do Itapemirim (SALETTTO, 1996, p. 65). Já a região costeira de Vitória, com a baixa produção de café, não conseguiu realizar a mecanização do beneficiamento de modo a tirar o aproveitamento máximo da mão de obra. A concentração da mão de obra escravizada ativa na agricultura também foi baixa (SALETTTO, 1996, p. 76).

## INTRODUÇÃO DE IMIGRANTES NAS FAZENDAS

Nas regiões cafeeiras brasileiras, o número de fazendeiros que consideravam o fim da escravidão como uma catástrofe diminuiu sensivelmente entre os anos de 1850 e 1870. Esses eram geralmente fazendeiros das zonas mais antigas que, incapazes de adotar uma solução para a mão de obra, esperavam ser indenizados pela perda de seus escravos. Ao lado desse antigo grupo, surge um novo e mais poderoso grupo para o qual o fim da escravidão não representava mais um problema gravíssimo. Esses fazendeiros já usavam a mão de obra de imigrantes e de trabalhadores nacionais. Na cidade, o trabalho servil já havia sido substituído pelo livre e no campo estava ocorrendo o mesmo, ainda que de forma mais lenta (COSTA, 2010, p. 259-260).

Dez anos antes da abolição do trabalho escravo, já se observava na província de São Paulo que a proporção de trabalhadores livres havia, em muito, superado a dos trabalhadores cativos. A população cativa havia sido impossibilitada de renovar-se depois do fim do tráfico (1850) e se tornara progressivamente envelhecida após a Lei do Ventre Livre (1871), o que a depreciava muito enquanto força de trabalho (COSTA, 2010, p. 247).

Os escravos, que nos primeiros tempos eram mercadoria fácil de achar e barata de comprar, tornaram-se com o passar do tempo difíceis e caros. A multiplicação de linhas férreas, o aperfeiçoamento das técnicas de beneficiamento de café, a especialização progressiva das fazendas e o fenômeno de urbanização ocorrido nas últimas décadas criaram novas perspectivas econômicas e com elas novas condições de trabalho. O braço escravo revelava-se oneroso e improdutivo dentro desta nova realidade econômica (COSTA, 2010, p. 260).

Dentro das fazendas, não era mais interessante ter uma população fixa durante todo ano. Esse problema foi resolvido com a contratação, por baixos salários, de imigrantes portugueses e italianos que o governo passara a financiar a introdução no Brasil. Nesse novo cenário, a mão de obra livre passou a ser a mais conveniente para os fazendeiros. Essa realidade não se aplicava aos fazendeiros das zonas decadentes, pois

estavam impossibilitados de contratar mão de obra livre por falta de recursos financeiros ocasionada pela baixa produção da lavoura cafeeira (COSTA, 2010, p. 262).

No Espírito Santo, a oligarquia cafeeira só ofereceu resistência política à formação de núcleos coloniais cerca de três décadas depois de fundadas as primeiras colônias. Esses fazendeiros só consideraram o trabalho livre como uma opção para a crise de mão de obra no momento em que o sistema escravista era abandonado (CELIN, 1984, p. 105). O estabelecimento do trabalho livre encontrou dificuldades na província do Espírito Santo pela grande possibilidade do imigrante se tornar proprietário de seu próprio sítio, já que havia muita terra à disposição. Mesmo os imigrantes que se dirigiam às fazendas para trabalhar em sistema de parceria mantinham o sonho de se tornar proprietários. Os fazendeiros não podiam aumentar demais a exploração da mão de obra porque os parceiros podiam ocupar as terras devolutas, tornando-se posseiros (ROCHA e COSSETI, 1983, p. 66).

A abolição da escravatura ocorreu antes que o problema da mão de obra fosse satisfatoriamente resolvido nas fazendas da região sul do Espírito Santo e surpreendeu os fazendeiros em plena colheita do café. Fazendas foram abandonadas pelos escravos e safras foram perdidas. Por toda parte, desorganizou-se a produção, levando os fazendeiros a buscarem trabalhadores entre os colonos assentados e na população livre, inclusive ex-escravos. (SALETTTO, 1996, p. 86-88).

Com a República, aliada à alta do café, abriram-se novas perspectivas. O Governo Moniz Freire (1892-1896) elaborou um ousado programa de governo tendo como pontos centrais a construção de estradas de ferro e o povoamento. A questão da mão de obra havia se tornado muito grave: faltava mão de obra nas fazendas e para as obras públicas e particulares. Para o Governo, o imigrante deveria ser atraído para povoar o território e dinamizar a economia, seja como empregado ou proprietário. No estado do Espírito Santo, entre os anos de 1892 e 1895, chegaram 13244 imigrantes. (SALETTTO, 1996, p. 89-91).

A partir do relatório dos Cônsules italianos R. Rizzetto e Carlos Nagar, sobre as condições dos imigrantes italianos no Brasil, o governo italiano proibiu a vinda de imigrantes para o Espírito Santo. Essa proibição vai completar cenário com a grave crise econômica pela qual o Espírito Santo passava devido à baixa no preço do café a partir de 1896, finalizando assim o período de grande entrada de imigrantes estrangeiros, especialmente italianos. (ROCHA, 2000, p. 128).

## DECLÍNIO DAS FAZENDAS

As fazendas do sul do Espírito Santo, ainda abaladas com a abolição da escravatura, foram duramente assoladas pela crise do café iniciada em 1896. Os imigrantes que trabalhavam em regime de parceria se retiraram das fazendas, já que o resultado do trato com a lavoura de café não compensava mais (SALETTTO, 1996, p. 100-101). A crise prolongada abalou profundamente as fazendas, muitas não resistiram e foram abandonadas e loteadas. Algumas fazendas foram vendidas em sua totalidade, outras apenas em parte para capitalizar o proprietário e esperar que a crise passasse (SALETTTO, 1996, p. 105-107).

Essa fragmentação de terra não se refere ao que aconteceu em São Paulo, onde as terras exauridas eram desprezadas e fragmentadas em pequenas propriedades. No Espírito Santo, somente pequena parte das fazendas era cultivada, havendo ainda muita terra virgem para expansão do cafezal. Os colonos que as compraram se tornaram produtores de café, que era o único produto que tinha mercado certo e permitia absorver o custo de transporte. Para pagar a terra, obtida à prestação, era necessário produzir para o mercado (SALETTTO, 1996, p. 106).

A crise afeta de maneira diferente a pequena e a grande propriedade. Em tempos de crise, a pequena propriedade continuava a produzir para a subsistência e reduzia o consumo de bens importados. Mesmo com a baixa do preço do café, os proprietários



não abandonaram a lavoura, pois essa era a única que fornecia à família uma renda monetária (ROCHA e COSSETI, 1983, p. 65-66).

Foi, então, a mão de obra dos imigrantes estrangeiros que operou nas lavouras das terras do Espírito Santo a transição da mão de obra escravizada para a livre, mas num processo que em muito se diferia do ocorrido em São Paulo, onde a lavoura se desenvolveu em moldes capitalistas, com mão de obra assalariada. No Espírito Santo, a lavoura se desenvolveu através da pequena empresa familiar. (CELIN, 1984, p. 111).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do estado do Espírito Santo, durante o século XIX, foi impulsionado pela produção cafeeira, atravessado pela crise de mão de obra decorrente do fim da escravidão e marcado pela chegada de imigrantes. Essas mesmas características são comuns às províncias do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, o que não significou que o desenvolvimento tenha ocorrido de forma igual nessas regiões.

O Espírito Santo, por volta dos 1880, havia consolidado duas grandes regiões produtoras de café: o vale do Itapemirim e a região de Vitória. O Itapemirim, no sul da província, se caracterizou pela grande propriedade escravista com tendência à autossuficiência e se deixou ficar à margem do processo de transição de mão de obra, sendo profundamente abalado pelo fim da escravidão. Associada à questão da mão de obra, a região sofreu fortemente com a crise do café que se inicia em 1896. A solução encontrada por muitos produtores dessa região foi a fragmentação das fazendas para se capitalizar e esperar a crise passar, o que vai gerar novas pequenas propriedades.

A região de Vitória, por sua vez, expandiu o cafezal para a região central da província, com a formação de núcleos coloniais de imigrantes. Nessas pequenas propriedades, produziam-se os gêneros de subsistência ao lado da cultura cafeeira. A imigração vai dinamizar a economia do Espírito Santo e contribuir para a ocupação do

território. O fim do escravismo e a crise do café não tiveram impacto significativo nessa população. As grandes regiões produtoras de café, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, irão assimilar o imigrante, quase sempre, como trabalhadores assalariados em suas fazendas produtoras de café. O imigrante no Espírito Santo também vai ser a base da substituição de mão de obra, porém como pequeno produtor em suas próprias terras.

## REFERÊNCIAS

- CELIN, José Lazaro. **Migração Europeia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo**. 1984. 277 f. Dissertação (Mestrado em Economia) \_ Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CONCEIÇÃO, Alan Alves Brito. **Café no vale do Paraíba: origem e decadência**. III CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO, 11., 2014, Taubaté. Disponível em: <[http://www.unitau.br/files/arquivos/category\\_154/MCH0168\\_1427384659.pdf](http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MCH0168_1427384659.pdf)>. Acesso em 13 setembro 2017.
- COSENTINO, Daniel do Val. **A transição do trabalho escravo para o trabalho livre e as raízes das desigualdades sociais no Brasil**. Disponível em: <[http://www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/448\\_abstract.pdf](http://www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/448_abstract.pdf)>. Acesso em 12 agosto 2017.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 5ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

**QUINTÃO, Leandro do Carmo. Estrada de ferro e territorialidade no Espírito Santo.**

Revista *Ágora*. Vitória. Nº20. 2014. P. 84 – 109. Disponível em:  
<<https://observatoriodoturismo.es.gov>>. Acesso em 03 setembro 2017.

**ROCHA, Haroldo; COSSETTI, Maria da Penha. Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo; 1850/1930 – UFES - Departamento de Economia, 1983.**

**ROCHA, Gilda. Imigração estrangeira no Espírito Santo 1847-1896.** Vitória: [s.n.], 2000.

**SALLETTO, Nara. Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930).** Vitória: EDUFES. 1996.

**SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. O desenvolvimento do Porto de Vitória 1870-1940.** Vitória: CODESA, 1995.